



**Programação**  
**CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE MAGISTRADOS**  
**JUSTIÇA 4.0 – DIREITO PREVIDENCIÁRIO (RGPS) PÓS EC 103/2019**

<b>INFORMAÇÕES DA ESCOLA</b>	<b>Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro</b> Responsável Técnico da Escola: Simone Cuber Araujo Pinto Diretor da Escola: Desembargadora Cristina Tereza Gaulia Mandato do Diretor: 05/02/2021 a 05/02/2023		
<b>PERÍODO DE INSCRIÇÃO</b>	<b>De 13 de maio a 09 de junho de 2022</b>		
<b>DATA E HORÁRIO</b>	<b>De 13 de junho até 12 de julho de 2022.</b> <b>Aulas síncronas em: 20/06; 24/06 e 05/07, das 18h às 19h</b>		
<b>TIPO DE ATIVIDADE</b> <i>(Res. 11/2020 ENFAM)</i>	Curso de formação continuada;	<b>CARGA HORÁRIA</b>	20 horas
<b>MODALIDADE</b>	EAD com tutoria Síncrona e Assíncrona	<b>Nº DE VAGAS</b>	40
<b>LOCAL</b>	Plataforma Moodle <a href="http://virtual.emerj.com.br/">http://virtual.emerj.com.br/</a> e Plataforma Zoom		
<b>PÚBLICO-ALVO</b>	Magistrados do TJRJ		
<b>EMENTA DO CURSO</b>	Aposentadorias Programadas - Estrutura Previdenciária Brasileira; Aposentadorias programadas após a EC 103/2019. Benefícios por incapacidade - Auxílio por incapacidade temporária; auxílio acidente; aposentadoria por incapacidade permanente. Pensão por morte - Regras de concessão de pensão por morte. Acumulação de pensão com outra pensão ou com aposentadoria.		
<b>TEMAS GERAIS</b>			

<p><b>EIXOS E SUBEIXOS</b></p>	<p><b>Boas práticas e Atualizações em Fontes/Pensamento Jurídico Teórico e Aplicado:</b> Direito Previdenciário na Justiça 4.0</p> <p><b>Construção de Pensamento Crítico e/ou Compreensivo Teórico e Aplicado:</b> Temas relacionados a solução de demandas previdenciárias</p>
<p><b>JUSTIFICATIVA</b></p>	<p>As Resoluções CNJ nº. 313/2020, nº. 314/2020 e nº. 329/2020, editadas em razão da crise de saúde pública, já haviam reconhecido que a atividade jurisdicional tem natureza essencial e deve ser prestada de forma ininterrupta, tendo buscado assegurar condições mínimas para sua continuidade durante a pandemia, ao mesmo tempo em que se preservava a saúde de magistrados, agentes públicos, advogados e usuários em geral.</p> <p>Nesse passo, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) havia fomentado o trabalho remoto de magistrados, servidores e colaboradores, buscando soluções de forma colaborativa com os demais órgãos do sistema de justiça para realização de todos os atos processuais, inclusive disponibilizando a todos os juízos e tribunais uma plataforma para realização de atos virtuais por meio de videoconferência, nos termos da Portaria CNJ nº. 61, de 31/03/2020.</p> <p>Nesse sentido, torna-se útil capacitar os magistrados para atuação em Núcleos 4.0, com competência para julgamento de questões previdenciárias do Regime geral de Previdência Social, seja no âmbito das questões afetas a acidente do trabalho, seja também para a solução de demandas de benefício comuns (previdenciários), aproximando a magistratura fluminense dos beneficiários, pessoas notoriamente carentes e hipossuficientes, cujas prestações de natureza alimentar precisam ser resolvidas em prazo razoável e de forma eficiente.</p>
<p><b>OBJETIVO GERAL</b></p>	<p>O magistrado, ao final do curso, estará apto a bem decidir sobre questões relacionadas a benefícios previdenciários do RGPS, acidentários ou não, de forma mais ágil e de acordo com os princípios de funcionamento da Justiça 4.0.</p>
<p><b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS (POR MÓDULO)</b></p>	<p>Ao final do Módulo 1, o magistrado será capaz de julgar processos previdenciários que tenham por objeto as novas modalidades de aposentadorias programadas, na forma prevista pela Emenda Constitucional nº 103/2019.</p> <p>Ao concluir o Módulo 2, o magistrado estará capacitado a decidir questões previdenciárias referentes a benefícios por incapacidade, acidentários ou não.</p> <p>O magistrado, ao final do Módulo 3, será capaz de proferir decisões de mérito em ações nas quais se discutam aspectos da pensão por morte.</p>
<p><b>DETALHES DA ATIVIDADE E CORPO DOCENTE</b></p>	

<p><b>COORDENAÇÃO E TUTORIA</b></p>	<p><b>Coordenador e Tutor</b></p> <p><b>Marcelo Leonardo Tavares</b></p> <p>Juiz federal do TRF – 2ª. Região desde 1998. Professor Associado de Direito Previdenciário da Faculdade de Direito da UERJ. Doutor em Direito Público pela UERJ/Université Panthéon-Assas (Paris II/FR), com pós-doutorado em Direito Público pela Université Lyon III/FR e em Direito Previdenciário pela Université de Bordeaux. Mestre em Direito Público pela UERJ. Coordenador de Direito Previdenciário da EMERJ. Link para o Lattes: <a href="http://lattes.cnpq.br/8041112014725916">http://lattes.cnpq.br/8041112014725916</a></p> <p><b>Tutora</b></p> <p><b>Caroline Somesom Tauk</b></p> <p>Juíza Federal desde 2012. É Mestre em Direito Público pela UERJ e Visiting Scholar em Columbia Law School. É membro da Comissão de Direito da Propriedade Industrial e Intelectual e Direito Econômico da Escola da Magistratura Federal da 2ª Região - EMARF. Ex-Promotora de Justiça do MPRJ e ex-Advogada da União (AGU). Atualmente juíza auxiliar de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Link para o Lattes: <a href="http://lattes.cnpq.br/8869436723142702">http://lattes.cnpq.br/8869436723142702</a></p>
<p><b>AULAS SÍNCRONAS</b></p>	<p><b>Marcelo Leonardo Tavares</b></p> <p>Juiz Federal do TRF – 2ª. Região desde 1998. Professor Associado de Direito Previdenciário da Faculdade de Direito da UERJ. Doutor em Direito Público pela UERJ/Université Panthéon-Assas (Paris II/FR), com pós-doutorado em Direito Público pela Université Lyon III/FR e em Direito Previdenciário pela Université de Bordeaux. Mestre em Direito Público pela UERJ. Coordenador de Direito Previdenciário da EMERJ. Link para o Lattes: <a href="http://lattes.cnpq.br/8041112014725916">http://lattes.cnpq.br/8041112014725916</a></p> <p><b>Caroline Somesom Tauk</b></p> <p>Juíza Federal desde 2012. É Mestre em Direito Público pela UERJ e Visiting Scholar em Columbia Law School. É membro da Comissão de Direito da Propriedade Industrial e Intelectual e Direito Econômico da Escola da Magistratura Federal da 2ª Região - EMARF. Ex-Promotora de Justiça do MPRJ e ex-Advogada da União (AGU). Link para o Lattes: <a href="http://lattes.cnpq.br/8869436723142702">http://lattes.cnpq.br/8869436723142702</a></p>

	<p><b>Flávia de Almeida Viveiros de Castro</b></p> <p>Juíza de Direito. Possui Pós-Doutorado em Direitos Humanos pelo Instituto JUS GENTIUM da Faculdade de Direito de Coimbra (2017/18). É doutora em Direito o Civil-Constitucional pela Universidade de Direito do Estado do Rio de Janeiro (2006). Possui Formação de Formadores Enfam.</p> <p>Link para o Lattes: <a href="http://lattes.cnpq.br/7284185756149490">http://lattes.cnpq.br/7284185756149490</a></p>
<p><b>DOCENTES CONTEUDISTAS</b></p>	<p><b>Marcelo Leonardo Tavares</b></p> <p>Juiz Federal do TRF – 2ª. Região desde 1998. Professor Associado de Direito Previdenciário da Faculdade de Direito da UERJ. Doutor em Direito Público pela UERJ/Université Panthéon-Assas (Paris II/FR), com pós-doutorado em Direito Público pela Université Lyon III/FR e em Direito Previdenciário pela Université de Bordeaux. Mestre em Direito Público pela UERJ. Coordenador de Direito Previdenciário da EMERJ. Link para o Lattes: <a href="http://lattes.cnpq.br/8041112014725916">http://lattes.cnpq.br/8041112014725916</a></p> <p><b>Caroline Somesom Tauk</b></p> <p>Juíza Federal do TRF – 2ª Região. É Mestre em Direito Público pela UERJ e Visiting Scholar em Columbia Law School. É membro da Comissão de Direito da Propriedade Industrial e Intelectual e Direito Econômico da Escola da Magistratura Federal da 2a Região - EMARF. Ex-Promotora de Justiça do MPRJ e ex-Advogada da União (AGU). Link para o Lattes: <a href="http://lattes.cnpq.br/8869436723142702">http://lattes.cnpq.br/8869436723142702</a></p>
<p><b>METODOLOGIA E MATERIAL DE ENSINO</b></p>	<p>Curso elaborado em 3 módulos com duração de uma semana cada, além do módulo de ambientação e o módulo da atividade final. Nos 3 módulos haverá uma pasta de material complementar para as leituras da semana, duas vídeo aulas de 30 minutos cada, um encontro síncrono, um fórum de discussão e uma atividade avaliativa. Será adotada a Metodologia participativa por meio de debates virtuais realizados no Fórum de Discussão (fatos do dia a dia, jurisprudência, questões complexas propostas para discussão) e as ferramentas ativas Mural Virtual, Glossário e Wiki.</p>

<b>PROGRAMAÇÃO</b>	
<p><b>AMBIENTAÇÃO</b></p> <p><b>Período: de 13/06 e 14/06</b></p> <p><b>Carga horária: 2 horas</b></p>	<p>Neste período, ocorrerão as boas-vindas ao curso, sendo apresentado o Guia do Estudante e tutorial de navegação, com apresentação de vídeo com a estrutura do curso pelo coordenador.</p>
<p><b>Módulo 1</b></p> <p><b>Período: de 15/06 a 21/06</b></p> <p><b>Carga horária: 5 horas</b></p> <p><b>Aula síncrona em 20/06 das 18h às 19h</b></p>	<p><b>MÓDULO 1 – Aposentadorias Programadas</b></p> <p><b>Ementa:</b> Estrutura Previdenciária Brasileira. Aposentadorias programadas após a EC 103/2019.</p> <p><b>Vídeo aula 1</b></p> <p><b>Tema: Estrutura Previdenciária brasileira</b></p> <p><b>Conteúdo programático:</b> os sistemas público e privado de seguro previdenciário do Brasil</p> <p><b>Vídeo aula 2</b></p> <p><b>Tema: Aposentadorias programadas após a EC 103/2019</b></p> <p><b>Conteúdo Programático:</b> Aposentadoria programada; aposentadoria por idade rural; aposentadoria do professor; aposentadoria do deficiente físico; aposentadoria especial</p> <p><b>Docente: Marcelo Leonardo Tavares</b></p> <p><b>Encontro síncrono no dia 20/06 das 18h às 19h</b></p> <p><b>Avaliação Diagnóstica e o tema: O eixo de modificação da EC/103 no RGPS</b></p> <p><b>Conteúdo programático:</b> Principais alterações trazidas pela EC 103/2019 nas aposentadorias programadas</p> <p><b>Docente: Marcelo Leonardo Tavares. Debatedora: Flávia de Almeida Viveiros de Castro</b></p> <p><b>Ferramenta Ativa:</b> Mural Virtual</p>

	<p><b>Avaliação de aprendizagem:</b> Fórum de Discussão baseada na discussão teórica/prática dos temas propostos</p> <p><b>Tutor do módulo: Marcelo Leonardo Tavares</b></p> <p><b>Leitura obrigatória:</b></p> <p>As Aposentadorias no RGPS (Material Didático)</p> <p><b>Material complementar obrigatório:</b></p> <p>EC 103/2019 e Aposentadorias no RGPS. Disponível em:  <a href="https://youtu.be/yoqEZ-YP8tw">https://youtu.be/yoqEZ-YP8tw</a></p> <p>Vídeo - 25 min</p> <p><b>Leitura complementar de aprofundamento (opcional):</b></p> <p>CASTRO, Carlos Alberto pereira de; LAZZARI, João Batista. <b>Manual de Direito Previdenciário</b>. São Paulo: Gen, 2019, capítulo 37. (PDF)</p>
<p><b>Módulo 2</b></p> <p><b>Período: de 22/06 a 28/06</b></p> <p><b>Carga horária: 5 horas</b></p> <p><b>Aula síncrona: 24/06, das 18h às 19h</b></p>	<p><b>MÓDULO 2 – Benefícios por incapacidade</b></p> <p><b>Ementa:</b> Auxílio por incapacidade temporária; auxílio acidente; aposentadoria por incapacidade permanente</p> <p><b>Vídeo aula 1</b></p> <p><b>Tema: O acidente do trabalho. Auxílio por incapacidade temporária</b></p> <p><b>Conteúdo programático:</b> O acidente do trabalho. Auxílio por incapacidade temporária acidentário e previdenciário</p> <p><b>Docente: Caroline Someson Tauk</b></p> <p><b>Vídeo aula 2</b></p> <p><b>Tema: Aposentadoria por incapacidade permanente e auxílio acidente</b></p> <p><b>Conteúdo Programático:</b> Auxílio acidente e aposentadoria por incapacidade permanente</p>

	<p>acidentários e previdenciários</p> <p><b>Docente: Caroline Somesom Tauk</b></p> <p><b>Encontro síncrono no dia 24/06 das 18h às 19h</b></p> <p><b>Tema: A EC 103/2019 e os benefícios por incapacidade</b></p> <p><b>Conteúdo programático:</b> As principais alterações trazidas pela EC 103/2019 nos benefícios por incapacidade</p> <p><b>Docente: Caroline Somesom Tauk. Debatedora: Flávia de Almeida Viveiros de Castro</b></p> <p><b>Ferramenta ativa:</b> Glossário</p> <p><b>Avaliação de aprendizagem:</b> Fórum de discussão baseada na discussão teórica/prática dos temas propostos.</p> <p><b>Tutora do módulo: Caroline Somesom Tauk</b></p> <p><b>Leitura obrigatória:</b></p> <p>IBRAHIM, Fábio Zamitte; BRAGANÇA, Kerlly Huback e FOLMANN, Melissa. <i>Curso de Direito Previdenciário</i>. Rio de Janeiro: Impetus, 2021 (capítulos dos benefícios por incapacidade). (PDF)</p>
<p><b>Módulo 3</b></p> <p><b>Período: de 29.06 a 05.07</b></p> <p><b>Carga horária: 5 horas</b></p> <p><b>Aula síncrona em 04/07, das 18h às 19h</b></p>	<p><b>MÓDULO 3 – Pensão por Morte</b></p> <p><b>Ementa:</b> Regras de concessão de pensão por morte. Acumulação de pensão com outra pensão ou com aposentadoria</p> <p><b>Vídeo aula 1</b></p> <p><b>Tema: Pensão por Morte</b></p> <p><b>Conteúdo programático:</b> Regras de concessão de pensão por morte</p> <p><b>Docente: Marcelo Leonardo Tavares</b></p> <p><b>Vídeo aula 2</b></p>

	<p><b>Tema: Acumulação de pensão por morte com aposentadoria e com pensão</b></p> <p><b>Conteúdo programático:</b> Acumulação de pensão por morte com aposentadoria e com pensão</p> <p><b>Docente: Caroline Somesom Tauk. Debatedora: Flávia de Almeida Viveiros de Castro</b></p> <p><b>Encontro síncrono: dia 04/07 das 18h às 19h</b></p> <p><b>Tema: A EC 103/2019 e a pensão por morte</b></p> <p><b>Conteúdo programático:</b> As principais alterações trazidas pela EC 103/2019 na pensão por morte</p> <p><b>Docentes: Marcelo Leonardo Tavares e Caroline Somesom Tauk</b></p> <p><b>Ferramenta ativa:</b> Wiki</p> <p><b>Avaliação de aprendizagem:</b> Fórum de Discussão baseada na discussão teórica/prática dos temas propostos.</p> <p><b>Tutor(es) do módulo: Marcelo Leonardo Tavares e Caroline Somesom tauk</b></p> <p><b>Leitura obrigatória:</b></p> <p>CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. Manual de Direito Previdenciário. São Paulo: Gen, 2019, Seção 39.1.</p> <p><b>Leitura complementar de aprofundamento (opcional):</b></p> <p>Material didático. Nascimento, Mateus. UERJ. Pensão, Salário Maternidade, Salário Família e Auxílio Reclusão.</p> <p>Acumulação de Benefícios e Simulações (PDF)</p>
<p><b>Módulo de Avaliação final</b></p> <p><b>Período: de 06.06 a 12.06</b></p>	<p>Estudo de caso para avaliação final</p> <p>Avaliação de Reação</p> <p>Registro Reflexivo</p>



<b>Carga horária: 3 horas</b>	
<b>AVALIAÇÃO</b>  <b>(Total 100 pontos)</b>	<p>1º. Módulo:</p> <p>Resposta ao fórum: 10 pontos</p> <p>Mural Virtual: 5 pontos</p> <p>Aula Síncrona: 5 pontos</p> <p>Total do Módulo: 20 pontos</p> <p>2º. Módulo</p> <p>Resposta ao fórum: 10 pontos</p> <p>Mural Virtual: 5 pontos</p> <p>Aula Síncrona: 5 pontos</p> <p>Total do Módulo: 20 pontos</p> <p>3º. Módulo</p> <p>Resposta ao fórum: 10 pontos</p> <p>Mural Virtual: 5 pontos</p> <p>Aula Síncrona: 5 pontos</p> <p>Total do Módulo: 20 pontos</p> <p>Avaliação final: 40 pontos.</p>
<b>CERTIFICAÇÃO</b>	<p>Registro no SIEM</p> <p>Emissão de certificado na plataforma Moodle</p>

1. **METODOLOGIA DO CURSO:** A proposta metodológica da EMERJ está alinhada ao objetivo de desenvolver a educação continuada dos juízes com vistas ao progressivo amadurecimento do seu conhecimento e aprofundamento da atenção permanente para o alcance prático e repercussão social de suas decisões. A metodologia do curso está em consonância com a proposta da ENFAM, que em sua Resolução No. 7 de 7 de dezembro de 2017 (Diretrizes Pedagógicas) estabelece a necessidade da formação dos magistrados possuir um caráter humanista e interdisciplinar. Ela será teórico-prática, tomando a prática jurisdicional como ponto de partida e integradora, buscando apreender a prática jurisdicional como parte e em suas relações com a totalidade complexa constituída pela sociedade. Assim, o processo de aprendizagem ocorre com o protagonismo do magistrado aluno, desencadeando processos de reflexão sobre as situações concretas da prática jurisdicional, estimulando novas formas de agir.
2. **AMBIENTAÇÃO:** Todo o material estará disponível na plataforma Moodle, no endereço <http://virtual.emerj.com.br/>. Os alunos receberão, ao se inscreverem, o link para acesso à Plataforma e ao Curso, com um login e senha. Na primeira tela encontrarão todas as informações necessárias para a ambientação: Navegando pela Plataforma; Dicas para EaD; Manual do Aluno; Programação do curso e informações sobre o (a) Tutor (a); Acesso às ferramentas de comunicação que serão utilizadas (Fóruns; chats; vídeos; hiperlinks). Os canais de suporte ao cursista também estão lá informados.
3. **ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADES DOS TUTORES:** Conforme Plano de Tutoria enviado ao tutor, faz parte de suas responsabilidades mediar os debates realizados nas atividades síncronas e assíncronas (conforme explicitadas no plano de curso, esclarecer as dúvidas dos alunos e dar feedback dentro dos prazos estipulados no plano de tutoria, avaliar as atividades realizadas pelos alunos de acordo com a proposta metodológica e avaliativa descrita no plano de curso e estimular a participação criando um clima de cooperação entre os participantes por meio de mensagens no chat e/ou nos fóruns de discussão.
4. **ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADES DOS ALUNOS:** Os alunos deverão participar de todas as atividades (síncronas e assíncronas) descritas no plano de curso de modo que haja a necessária interação entre conteúdo/docentes/discentes, devendo cumprir a porcentagem das atividades consideradas obrigatórias (conforme descritas no plano de curso no item Avaliação) e atingir os critérios para certificação.
5. **AVALIAÇÃO.** Na formação dos magistrados entende-se a avaliação como um processo contínuo e sistemático, sendo concebida como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem. Ela deve ocorrer com foco na prática profissional, em todos os momentos do processo de aprendizagem, mediante diversos instrumentos e procedimentos avaliativos e articulados com todos os objetivos das ações educacionais planejadas. A avaliação de aprendizagem do aluno será individual e contínua e levará em conta a participação nos Fóruns de Discussão, a realização das Questões Formativas, a realização das demais atividades propostas em cada módulo. Ao final do curso será apresentada uma questão avaliativa (Estudo de Caso - opcional) que contemplará a totalidade dos temas estudados ao longo dos módulos. Será disponibilizado, também na plataforma, um formulário para elaboração do Registro Reflexivo. Para a avaliação do curso o magistrado cursista preencherá um formulário de reação, conforme escala de valores para cada quesito, alinhada às diretrizes da ENFAM, tais como: avaliação dos professores, avaliação dos temas apresentados, carga horária, qualidade do material de apoio e integração dos participantes durante o curso no próprio ambiente Moodle. Essa avaliação de impacto dos resultados alcançados pela realização do curso é de grande importância tanto para o processo de autoavaliação dos magistrados quanto para o processo de aprimoramento constante dos cursos oferecidos por essa Escola.
6. **FREQÜÊNCIA E APROVAÇÃO:** A aferição da participação dos cursistas se dará pela realização das atividades propostas ao longo do curso, devendo ao final atingir o mínimo de 75% de aproveitamento, conforme Instrução Normativa Enfam n.1/2017, sendo condição para a certificação e atribuição das horas de aperfeiçoamento.
7. **DESISTÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO.** A desistência de participação em atividade promovida pela Escola Judicial, para a qual tenha sido efetuada inscrição, deverá ser comunicada no prazo de até 2 (dois) dias úteis antes do início do evento, por meio de mensagem eletrônica para a caixa de mensagens deama.emerj@tjrj.jus.br